

A "DESPARTIDARIZAÇÃO" DA ADMINISTRAÇÃO E DA ESCOLA.

André Haguette

O que se vê hoje na administração educacional e nas escolas públicas é uma desbragada politização partidária a serviço de interesse mesquinhos e particularistas, quando não, despudoradamente, nepotistas. Falta nobreza, grandeza de visão e de propósitos. Assiste-se à rotinização do aproveitamento pessoal de um bem público e, portanto, universal.

O resultado é o desvirtuamente e o aviltamento do sistema e seu empobrecimento qualitativo e quantitativo. Neste quadro, impõe-se a inelutabilidade da "despartidarização" do sistema educacional público e de suas escolas. No sistema, toda política que não seja expressão de uma política educacional previamente discutida e definida está fora do lugar. Por quê?

Um princípio universalista deve reger a compreensão e a administração do fenômeno educacional numa sociedade aberta, democrática e moderna. Assim, pelo menos, fizeram todos os países, capitalistas ou socialistas, que tiveram êxito em estender os benefícios do ensino fundamental e médio a todas as camadas e classes sociais. Essa ampliação do contingente populacional escolarizado é exigida, não só por motivos idealistas louváveis, mas pela dura necessidade do crescimento das forças produtivas e pela própria política. Há, com efeito, uma forma de fazer política que sufoca o crescimento da economia e embota a própria vida política. E é esta forma de política que ainda predomina no Brasil e

invade o sistema escolar, impedindo o desenvolvimento do mercado interno e da cidadania. Aborrece e se torna fastidioso insistir nestas verdades elementares que, afinal, são conhecidas de todos mas não são colocadas em prática, mesmo por grupos "modernos" da sociedade, como empresários, por exemplo. A explicação reside no fato do moderno crescer neste país à sombra do arcaico e, sobretudo, da administração pública arcaica ser constantemente cooptada pelo patrimônio privado. Comportamento, aliás, que a curto prazo rende dividendos mas que, a médio e longo prazos, somente poderá levar à estagnação e à dilapidação até das elites. Comportamento cego e abtuso já que o êxito econômico e político - daqui para frente - passa necessariamente pelo alargamento do mercado interno e da cidadania e, como prerequisite deste alargamento, pela universalização da educação e da escolarização. Eis uma questão de vida ou morte? De morte, talvez não. Um país não morre a não ser pela guerra. Mas de estagnação e de contínua perda de terreno em relação a outros países.

Aborrece ter que argumentar a favor do princípio universalista na educação - quem vai gastar tempo argumentando a favor da lei da gravidade ou do heliocentrismo? - quando as Constituições Brasileiras, há muito, reconhecem que a escola é "direito de todos e dever do Estado" independentemente de sexo, renda, raça, religião, enfim, sem discriminação nenhuma, inclusive a preferência partidária. A prática do personalismo é mortal na educação e o sistema tem que se livrar de vez da velha ordem colonial e patriarcal.

O tratamento deste artigo consistirá em analisar as práticas administrativas vigentes e em julgá-las à luz do princípio universalista: educação, direito de todos e dever do Estado, propondo alternativas que, se adotadas, poderão colocar o Brasil e o Nordeste na rota do desenvolvimento econômico, político e social, tornando-os competitivos internacionalmente.

Mas, antes, dois pontos devem ser discutidos, pois são constantemente evocados para justificar e legitimar (falaciosamente) as práticas vigentes: a escassez social e o papel dos políticos.

ESCASSEZ SOCIAL.

É compreensível que práticas de apropriação privada e personalista dos bens coletivos ocorram em contexto societário de penúria e escassez econômicas. A história econômica e política demonstra tal correlação. O clientelismo sob suas várias formas de coronelismo, caudilhismo, patronagem, vigorou, numa completa simbiose, como as duas faces de uma mesma moeda, em sociedades carentes de bens econômicos e sociais ou, em outras palavras, em sociedades cujas relações de produção e relações sociais eram, respectivamente, subdesenvolvidas e desiguais. O processo de acumulação, ao longo dos anos, se encarregou, num jogo de causa e efeito, de eliminar o clientelismo, substituindo-o por uma estrutura política mais condizente e propícia à perseguição da acumulação. Assim, quanto mais rico um país, menos o jogo político se exercita via clientelismo, obstáculo ao desenvolvimento. Na verdade, o processo de acumulação acelerado, aquele que ocorre com a consolidação do sistema capitalista no século XVIII, exige duas condições necessárias: o desmoronamento da legitimação ideológica da sociedade tradicional e sua substituição por uma outra forma de legitimação, de ordem racional, das novas forças e relações de produção e de dominação e o avanço, nos diversos subsistemas da sociedade tais como sistema escolar, exército, serviços de saúde, mesmo na família, da atividade racional em relação a um fim. Um avanço, portanto, da atividade racional como instrumento para alcançar um fim fixado. Este avanço da racionalidade em detrimento de outras formas de ação mais afetivas, por exemplo, é uma exigência do aperfeiçoamento da acumulação econômica. A legitimação ideológica cuida, por sua

vez, do sistema de distribuição (desigual) da riqueza produzida e acumulada. Esse processo de "racionalização" tem sido analisado diferentemente por pensadores como Max Weber (1978), Herbert Marcuse (1971) e Jürgen Habermas (1987). Este último vê como necessária a racionalização do trabalho mantida a opção por uma sociedade cada vez mais rica, mas diz que a racionalização deve conduzir a uma libertação da comunicação no plano institucional para emancipar o homem. No campo do subsistema escolar, que é o que interessa aqui, o pensamento de Habermas significaria a dupla necessidade de um avanço da ação racional nas relações de trabalho acompanhado do progresso da ação dialógica, i.e. da comunicação entre os atores do sistema.

Mas nem sempre houve o casamento entre escassez econômica e formas de dominação patriarcais ou patrimonialistas. Sociedades houberam, extremamente pobres mas solidárias e comunitárias no meio à mais extrema penúria. A razão é que a escassez é uma variável espúria; ela aparece como causa, mas debaixo dela, camuflada por ela, se esconde a verdadeira causa: a desigualdade nos meios de produção. Não é, portanto, meramente a escassez que produz as práticas de dominação clientelísticas, mas a desigualdade na propriedade dos meios de produção - em particular, a terra - se acasala com o clientelismo, num arranjo apto a manter o status quo. O coronelismo e o caudilhismo brasileiros provam isto. Victor Nunes Leal explicitou muito bem as relações entre latifúndio privado, poder municipal e coronelismo, na sua obra clássica e insuperável, Coronelismo, Enxada e Voto.

Assim, a escassez econômica, embora sempre presente, não justifica práticas personalistas. O mesmo, no entretanto, não pode ser dito a respeito da escassez mental ou ideológica. Hoje, existem motivos de sobra para se entender que reformas estruturais básicas são absolutamente necessárias, mesmo do ponto de vista das classes dominantes. A dominação burquesa está a exigir mudanças que passam pela

universalização da administração escolar fugindo do particularismo, fator de atraso. Tem-se um caso claro de "atraso cultural" por parte de nossas elites que sacrificam seus interesses de médio prazo a um imediatismo empobrecedor.

O PAPEL DOS POLÍTICOS

É moeda corrente em nosso meio lançar toda a culpa do clientelismo, da partidarização e da politização a outrance da vida social sobre os políticos e a política. Não há, certamente, como isentar os políticos de qualquer responsabilidade e mal seria a tentativa de defendê-los, tão baixa anda sua credibilidade. Os políticos, sim, os antigos como os novos, são responsáveis pelo estado de coisas denunciado neste livro. Os novos, talvez mais ainda, porque suas ações não se enquadram mais tão perfeitamente dentro do sistema econômico e social e eles são incapazes de encontrar outro modo de fazer política.

Mas a situação é bem mais complexa. Todo povo, já foi dito, tem os políticos que merece. Por que? Porque a política não é senão a forma dos indivíduos, grupos e classes se relacionarem entre si. Não existem os políticos - profissionais ou não - de um lado e os indivíduos, grupos e classes do outro, tocando-se esporadicamente segundo a iniciativa dos primeiros. A política enerva todo o sistema de relações sociais dentro de um determinado conjunto de atendimento às necessidades de base, ao sistema produtivo ou econômico. Daí a capilaridade da política que se espalha por toda parte; política é a forma como as pessoas e as classes se relacionam entre si. Ela muda, portanto, de acordo com o surgimento de novos grupos ou novas classes; muda com distintos arranjos de atendimento às necessidades básicas, se rurais, por exemplo; isto é, dependentes do arranjo da forma de propriedade fundiária e das relações de trabalho na terra ou, se urbanos, industriais.

E como as pessoas, os grupos e as classes se relacionam entre si ainda hoje no Brasil? De forma personalista, afetiva e desigual dentro de um regime de favor e gratidão. A separação e a divisão são as marcas distintivas de nossa realidade social e econômica. Ninguém consegue entender outra linguagem que não esta.

Os políticos têm culpa, sim. Mas a situação é mais complexa. Por quê? O clientelismo, partidário ou não, é uma via de mão dupla. Se existe o coronel, existe também o cliente, como a palavra já diz. O coronel pode pressionar o cliente, antigo, recente ou mesmo futuro. Mas o fato é que o cliente pressiona o coronel. Por "coronel" aqui, leia-se político, no contexto deste capítulo. Tudo vem ao mesmo; as regras são as mesmas existe toda uma cadeia: do político mais humilde (o vereador, por exemplo) ao político um pouco mais influente (aquele que consegue mais favores), ao maior ainda, até chegar, no final da linha, ao político-mor, aquele que desata os cordões da bolsa dos favores (recursos financeiros, empregos, contratos... etc.). Na expressão consagrada, todos são "coronéis", cada qual a seu nível. Todos trabalham dentro do mesmo espírito e todos possuem a mesma maneira de fazer política.

E, este é o ponto, o cliente também é possuidor da mesma forma de fazer política: pedir favores, assumindo a posição do subalterno, do ceguinho de pires na mão. Não há ilusão possível: no nosso meio, o favor só é combatido quando bate na porta do vizinho; dentro de casa, ele é uma bênção! Quem já recusou um emprego "gratuito" para si ou para um dos seus? De pires na mão, todos vendem a alma, a dignidade, a cidadania. O que sobra? A gratidão que nem sequer chega a humilhar.

Há o caso desta senhora, favelada, professora de uma escola de comunidade, que participou durante uma semana de um treinamento com mais de 300 colegas, professoras e professores também de escolas de comunidades. O treinamento visava reforçar a compe-

tência educacional do grupo, reforçando o espírito de comunidade e de solidariedade tão presentes nestas pessoas. Ao final do treinamento, esta senhora se aproxima do coordenador de planejamento da Secretaria de Educação e pede:

- O senhor não poderia arranjar para meus meninos lápis, borrachas e cadernos? Eles precisam tanto!

Desconcertado, depois de uma semana de trabalho de conscientização comunitária, o coordenador responde:

- E as outras escolinhas não precisam?

- Precisam, sim. Mas eu preciso muito.

- Mas como eu vou dar à Senhora, sem dar às outras? A Secretaria não tem para todas.

- Pode me dar que não vou dizer para ninguém!

- Mas não é melhor fazer o que a gente está fazendo: discutir todos juntos uma maneira de atendimento, cada um dando a sua opinião?

- Mas não se preocupe, eu sei guardar segredo.

Esta senhora, ao mesmo tempo carente e generosa, tem a visão, generalizada, na sociedade do papel do político e do administrador público: distribuir na base do favor pessoal os bens que pertencem a todos. A possibilidade de chegar democraticamente a regras distributivas anônimas e, portanto, universais, nem passa pela cabeça, mesmo após uma semana de treinamento participativo. Se passa, ninguém acredita que, de fato, vai ser assim.

Culpa do político? Culpa da maneira generalizada de fazer política, suportada por um sistema econômico desigual. Victor Nunes Leal, quando escreveu seu livro sobre Coronelismo, foi buscar a raiz de tal comportamento político na concentração decadente da terra e na fraqueza também decadente do sistema municipal brasileiro, isto é, na desigualdade econômica e administrativa de um regime em plena decadência.

A sociedade civil precisa redefinir o papel do político profissional, conscientizar-se deste papel e cobrá-lo ao político. A nobreza do político é a

sua função de lidar com políticas para a comunidade como um todo. Não, nomear fulana ou sincrano para a direção de uma escola, mas elaborar e vigiar a implementação de uma política educacional de alcance geral. Não botar um apadrinhado na escola, mas fazer com que o sistema escolar do Município e do Estado atenda a todos, encontrando soluções criativas e globais. Na fase de penúria há que discutir critérios de justiça distributiva dos recursos e coisas semelhantes.

Para tanto, é preciso políticos educados, de visão, o que é uma raridade no mercado. Mas é preciso, sobretudo, uma convicção ideológica forte, por parte da sociedade organizada, a respeito do papel do político e da função da educação.

Fator limitante e propício à manutenção do tradicional, é a fraqueza ideológica das pessoas e das organizações dentro do próprio sistema educacional. De um modo geral, elas não possuem uma espinha dorsal ideológica sólida. Elas se curvam com facilidade às velhas práticas e as adotam. Vendem a alma em vez de promover uma luta de resistência, uma recusa individual e coletiva. Sim, urge a organização de uma recusa coletiva às velhas práticas dentro da administração do sistema educacional como um todo e de cada escola em particular.

AS VELHAS PRÁTICAS ATUAIS NO SISTEMA E NA ESCOLA

Como funciona concretamente a administração do sistema educacional e das escolas? Falar em "despolitização" e "despartidarização" pode parecer abstrato. O que estes conceitos significam no dia a dia do trabalho educacional e quais as alternativas possíveis aqui defendidas? As próximas páginas tentarão responder a estas perguntas de uma maneira muito "pé-no-chão".

ILUSTRAÇÕES TÍPICAS.

- O marido de uma Secretária de Educação de Estado, candidato a vereador, despacha diariamente

na Secretaria, recebe e orienta delegados de ensino, avisa por telefone a professores que sua nomeação para diretor já foi encaminhada ao Diário Oficial, visita escola... etc. Pergunta: tal cidadão recebeu mandato para tal exercício do poder público? Por que ele pode fazer isto e não outra pessoa? Por que apoia o Governador e é esposo da Secretária? A legitimidade para a administração pública é dada por aliança matrimonial ou prestígio junto ao Chefe? De que maneira ele poderá responder publicamente por seus atos se não exerce cargo nenhum? E as pessoas dentro do sistema, por que despacham com ele?

- Um jornal pública: "Candidato distribui manual de apoio da Teleducação em troca de Voto". Os manuais de apoio são utilizados pelas escolas do Município e do Estado, que trabalham com o sistema de aulas pela TV de propriedade estatal, isto é, pública. Os manuais são escassos, estão faltando na própria TV-Educativa que distribui o material junto aos colégios. Distribuição mediante a apresentação do título de eleitor? Paciência! O que há de positivo neste exemplo é que a comunidade e os professores, liderados pelo diretor da escola - particular - se organizam e denunciam o fato. Início de uma recusa coletiva?

- Cúmulo dos cúmulos! Num determinado Estado as vagas nas escolas públicas são distribuídas pelos políticos: vereador, deputado estadual, deputado federal, senador; cada um possui uma cota de vagas. A matrícula não é feita na escola de acordo com critérios universais. A matrícula é feita nos gabinetes desses donos do poder. Para combater o costume a Secretaria de Educação decide intervir e realiza a matrícula nas praças públicas da Capital.

- Numa determinada escola, a diretora, no cargo há mais de uma década, possui 50 professores além do necessário e emprega, com o dinheiro da Caixa Escolar, 5 familiares e afilhados. Constantemente a mais votada pelos colegas, ela acaba de ser reconduzida ao cargo por mais dois anos! Há um qui-

lômetro e meio existe uma escola fechada por falta de professores!

- Constam, nos registros de uma Secretaria de Estado, a conclusão completa de várias escolas. Todas as parcelas foram pagas às firmas executoras, inclusive a quarta parcela foi paga duas vezes! As escolas simplesmente não existem. O engenheiro que emitiu o laudo de conclusão foi demitido e as firmas foram denunciadas legalmente, após inquérito administrativo. O caso está dormindo na Justiça.

- A mulher de um Deputado, Secretário de Estado, constantemente telefona para um Diretor, amigo, na Secretaria de Educação do Estado (duplicidade de tráfico de influência: usa a amizade e o status de esposa de um Secretário). Telefona e inquire sobre o caso pessoal de indivíduos, professores, morando e trabalhando na zona de influência eleitoral do marido. Certa vez, denuncia a injustiça da Delegada para com uma amiga: a delegada acabava de retirar da folha de pagamento a professora que, há cinco anos, se entrava no Sul do país.

- Noventa toneladas estragadas de merenda escolar são encontradas num depósito de uma Prefeitura. Professores universitários e jornalistas denunciam e pesquisam as responsabilidades. O prefeito confessa não liberar os alimentos porque não recebe a guia de autorização do Secretário de Educação do Estado. Os dois são inimigos políticos no Município. As crianças, suas patricias, que se danem, nesta época de seca braba!

- Numa serra, existe uma Escola Agrícola com açude e tudo, que nunca foi inaugurada e permanece fechada por causa de uma velha rixa entre os dois chefes políticos da região, dois irmãos. Aliás, a Delegacia Regional foi desmembrada sem necessidade nenhuma a não ser a de diminuir o impacto negativo da contenda fraterna!

- Num jornal recente, uma Delegada de Ensino denuncia que vai ser demitida por ato do Governador. Motivo: ela é esposa de um vereador, candidato à reeleição por uma coligação que apoia candidato

contrário ao do Governador. Por que ela foi nomeada em primeiro lugar? Parece a história do ladrão roubado. Até quando? A mesma Delegada afirma que sua substituta será uma pessoa ligada à corrente política do Governador. Não existe nesse Município, que possui uma Faculdade, uma pessoa sequer, acima de qualquer suspeita partidária e com a devida competência?

A DESPARTIDARIZAÇÃO: ALTERNATIVAS.

As ilustrações poderiam ser multiplicadas ad nauseam. Mas não há necessidade. Basta compreender que elas são típicas, isto é, são representativas de um comportamento uniforme que se espalha como uma praga em todos os espaços do sistema, setor por setor, com a lógica da epidemia.

A NOMEAÇÃO DOS DIRIGENTES

Costumeiramente o Secretário de Educação é um político e a Secretaria de Educação é administrada como máquina para fazer deputados e vereadores. Nos municípios, o nomeado é uma pessoa da estrita confiança do Prefeito, não raramente sua esposa, filha ou parente. Tudo isto não é sem razão. O setor educação reúne o maior contingente de funcionários, atinge diretamente a vida de quase 100% das famílias, cobre todos os recantos do Estado e dos Municípios e recebe verbas federais e estaduais. Daí decorre sua força política.

Que os Secretários de Educação do Estado e dos Municípios sejam pessoas da confiança do Governante máximo, eleito pelo povo, isto faz parte das regras democráticas. A legitimidade de sua autoridade advém deste Governante.

Mas há que se exigir que o secretário pautе sua conduta administrativa dentro de uma política educacional planejada participativamente e que dê continuidade a medidas de racionalidade de caráter universal. A meta não é, pelo mecanismo do sistema

educacional, eleger-se ou eleger compadres de partido. A eleição poderá vir a ser uma decorrência lícita de uma administração competente, transparente, honesta, criativa; jamais, porém, o resultado do uso particularista e escuso da máquina administrativa.

Os outros dirigentes como subsecretário, diretores de departamento e divisões, delegados regionais de ensino... etc. são comumente nomeados por "tráfego de influência política" e não por méritos pessoais, embora, às vezes, as duas coisas possam convergir. É incrível como políticos brigam por cargos na máquina administrativa: estes cargos são termômetros de sua força e postos avançados no jogo de favores. Através dos donos destes cargos, eles esperam vantagens para seus redutos eleitorais; "uma mão lava outra"; todo favor é cobrado e deve ser pago, como dívida de jogo... Eis a ética desta selva personalista e clientelista.

A questão é saber até onde vai o cargo de confiança e onde começa a possibilidade de progredir dentro do sistema burocrático-administrativo. Que um certo número de cargos sejam cativos do Secretário para que ele possa montar sua equipe, nada mais certo. Uma equipe precisa ter uma unidade de ação administrativa e uma grande agilidade para responder competidamente a prioridades educacionais definidas pelo partido eleito, conforme já referido no primeiro capítulo. Mas é certo também que uma máquina burocrática moderna precisa de estabilidade e de um sistema interno de promoção com acesso a cargos superiores, baseados em critérios de competência e liderança interna. Os profissionais precisam de reconhecimento. Sobretudo numa instituição sujeita às tempestades de uma política partidária com alto grau de variabilidade, a segurança da execução dos programas e das metas se deve ao bom desempenho técnico-administrativo dos funcionários permanentes.

Documentos legais devem assegurar a autoridade da máquina burocrática e solucionar o compromisso

entre, por um lado, a renovação, por pessoas vindo de fora e da confiança do Secretário, pessoas com alta qualificação e idoneidade e, por outro, a possibilidade de ascensão funcional dentro do sistema. Uma boa medida seria reconhecer como cargo de confiança alguns assessores diretos (5 ou 6), os principais diretores de departamentos (5 ou 6) e os Delegados de Ensino, em se tratando de Secretaria de Educação de Estado. Ficaria compulsório o preenchimento destes cargos por pessoas de dentro ou de fora do sistema, mas apresentando credenciais adequadas evitando, desta forma, qualquer indicação de natureza meramente politiqueria ou mesmo qualquer nepotismo. Os outros cargos, inclusive aqueles de diretores de escola (ver logo a seguir), seriam preenchidos necessariamente por funcionários do órgão segundo critérios estabelecidos.

RECRUTAMENTO E CARREIRA PROFISSIONAL

Deus e todo mundo sabem como vem se dando o recrutamento dos funcionários da educação, professores e pessoal técnico-administrativo. Quem jamais recorreu a um político qualquer para "conseguir" para si ou para um dos seus um contrato no Estado ou no Município, quando não, na União? E aí se encontra a principal forma de clientelismo e de retribuição de votos e a principal causa da "inchação" e da incompetência generalizada do aparelho burocrático.

Professores de inglês ou de matemática que não sabem inglês nem matemática; datilógrafos que nunca viram uma máquina; pessoal formado (nível universitário) contratado como contínuo, motorista ou agente administrativo de qualquer especialidade. O "negócio" é entrar; numa segunda etapa, se dá um jeito. Em consequência, os contratos são os mais variados possíveis em termos de número de horas, de direitos e de deveres. Cada Governador, Prefeito ou Secretário dá seu jeitinho, torcendo ou destorcendo

as normas, quando elas existem. Nas escolas, o mesmo acontece de acordo com a força do diretor que, muitas vezes, se eterniza no cargo, fortalecendo seu feudo.

Mais grave acontece a nível dos Municípios onde existem um verdadeiro "tira e botá" de funcionários. Cada novo Prefeito põe para fora os "amigos" do prefeito anterior para colocar os seus. A instabilidade do sistema se torna absoluta e a qualidade cai: o rodízio constante anula qualquer esforço de aperfeiçoamento, esforço, entretanto, urgente, já que a qualificação jamais foi critério utilizado para o recrutamento.

O recrutamento é certamente um problema capital mas de fácil solução havendo vontade política de mudança por parte dos Governantes, da sociedade, dos funcionários, das associações de classe e dos meios de comunicação; vontade política e, sobretudo, organização, mobilização e vigilância. Os instrumentos de solução são óbvios: 1) planejamento rigoroso das reais necessidades; 2) sistema de informação completo, informatizado e público; 3) recrutamento somente por concurso público como determina a Constituição, mas concurso administrado por um órgão externo idôneo e qualificado; 4) Plano de Cargos e Salários unificado em cada região administrativa.

Neste tocante, não há mistério nenhum; tudo já foi inventado; tudo está nos livros e está sendo ensinado nas Universidades. Três, todavia, são as dificuldades: 1) a decisão política efetiva é permanente, dada a instabilidade de governo para governo; 2) a montagem do sistema de informação, tal a complexidade propositadamente caótica da situação (tudo foi feito às escondidas) e a camuflagem da realidade por parte das autoridades do sistema e dos próprios servidores; 3) a complexidade da legislação que, também, ao longo dos anos, foi elaborada para amparar as irregularidades, falcatruas e coisas do gênero. Há necessidade de uma limpeza e de uma simplificação da legislação bem como de uma

ação enérgica para remover os focos de resistência à transparência das informações.

A nível estadual, um instrumento indispensável é a informatização de todos os dados referentes a funcionários (histórico escolar, vida funcional) e a difusão do sistema a todas as Delegacias de Ensino via terminais inteligentes ou microcomputadores. O acesso aos dados presta serviços ao servidor, valorizando-o, desobstrui o trabalho na Secretaria e permite o controle e a vigilância.

A AQUISIÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DO MATERIAL

O outro ponto nevrálgico para a manutenção do binômio patrão/cliente é a aquisição e a distribuição do material; material de toda ordem: equipamento escolar (carteiras, birôs, ... etc.), material didático do aluno e do professor, merenda escolar, material médico-odontológico, material de limpeza e coisas do mesmo gênero. A questão é problemática nas duas pontas: a aquisição e a distribuição.

A aquisição envolve a relação com o fornecedor. Em tese, a lei regula a aquisição através do processo de licitação. A prática é diferente, existindo sempre a possibilidade de burlar as normas já que, por um lado, elas são ultrapassadas e, por outro, elas não são fiscalizadas. Ultrapassadas pelos limites fixados para cada tipo de concorrência, por sua filosofia e por sua complexidade. Aqui também haveria necessidade de uma limpeza e de uma simplificação. Como está, o documento legal prejudica o administrador honesto, dificultando seu trabalho, penaliza o erário público, obrigando a compras acima do preço de varejo sobretudo em tempo de inflação alta - e não preenche seu objetivo que é de coibir a fraude. A fiscalização é frouxa por ser exercida por pessoas nomeadas pelo mesmo poder político.

Assim, firmas fantasmas e ad hoc são criadas como, por exemplo, no setor de fabricação de carteiras escolares; concorrências são combinadas com

ou entre os fornecedores; pagamentos são realizados na hora da assinatura do contrato e o material custa - às vezes meses - a chegar; o material não é fiscalizado na chegada, sendo entregue fora das especificações ou em número inferior ao pago ou mesmo deficiente ou quebrado ... etc. Neste tocante, existe toda uma gama de favorecimento possível, numa aliança entre corrupção, clientelismo e até nepotismo. Quem não sabe disto?

O mesmo pode acontecer na hora da entrega às Delegacias ou escolas. Existem os desvios ao longo do caminho, as entregas incompletas, o recebimento não checado, as assinaturas de diretores falsificadas ou substituídas e outras práticas bastantes conhecidas.

Mas o nó da questão aqui é: quem vai ser atendido? Qual prefeitura, qual delegacia, qual escola vai receber o material e em que quantidade? Questão capital numa visão universalista e não mais clientelista. Os mores e costumes recebidos, personalistas, resolvem o problema pela solução: atendimento aos amigos. Assim, um subterrâneo mas poderoso jogo de influência político-partidário-afetiva é criado. Os prefeitos amigos, as zonas de currais eleitorais, as escolas de "confiança" e até escolas ou instituições particulares ou de comunidades são atendidos. Aliás, estas escolas particulares são também beneficiadas por convênios de contra-partida e/ou de compra de vagas ociosas (a escola se propõe a receber um certo número de alunos carentes e a Secretaria empresta professores e/cu funcionários ou compra as vagas). O resultado é uma desigualdade em termos de escola, equipamento, material, número de professores... etc. Em tudo!

Qual a alternativa? Um planejamento participativo, descentralizado, informatizado, público, baseado num sistema de informações em dia, juntamente com um acompanhamento e um controle. Mas, também, a implementação de uma nova filosofia, inclusive na elaboração da lei de concorrência. Assim, o Estado possui escolas profissionalizantes morrendo à min-

que, mas o mesmo Estado não compra os alimentos da merenda escolar, as carteiras e birôs, o material de expediente...etc. para estas escolas. O Estado se obriga a contratar firmas para a manutenção das escolas, em vez de confiar este cuidado às próprias escolas.

A nova filosofia deveria se basear nas seguintes orientações econômicas e sociais:

- interiorização dos recursos: fabricar e comprar tudo que for possível no interior e não na capital para contribuir com o desenvolvimento local;

- fortalecimento dos micro e pequenos produtores regionais reunidos em associações via instituições como CEBRAE e CEAG para criar empregos e reter as famílias no interior;

- estimular as escolas profissionalizantes via sucumbendas;

- descentralizar as compras nas Delegacias Regionais com o acompanhamento da Secretaria;

- recorrer em tudo que for possível à comunidade escolar; construções de quadras, manutenção e recuperação de escolas, ampliações simples e até construção de escolas sob a orientação de um engenheiro. Alguns Estados fizeram experiências positivas em tempo de seca.

O planejamento participado permitirá estabelecer as verdadeiras prioridades, criando entre as delegacias e os diretores de escola um sentido comunitário e o senso da coletividade educacional. Qual o diretor que não saberia dizer quais as escolas do município que precisam com mais urgência de carteiras ou de material didático? O acompanhamento informatizado permitirá o controle e o conhecimento dentro da comunidade educacional do que está sendo feito e onde e como os recursos estão sendo gastos. Mas não se deve esquecer que a informática não é, necessariamente, democrática. Democrático ou clientelista é o operador do computador e seu chefe.

O problema das escolas começa com sua localização e sua construção. A luta política para a escolha do local é intensa. Cada prefeito ou político quer favorecer seus eleitores. E, na hora da construção, seus amigos ou parentes empreiteiros. Assim, quantas escolas pagas que não existem, não foram terminadas, foram construídas fora das especificações técnicas acertadas ou jamais foram nem sequer inauguradas. Quantas escolas foram pagas duplamente, uma vez com recursos federais ou estaduais e outra, com recursos municipais! E tudo fica por isto. Um certo Secretário de Estado, ao assumir a Secretaria de Educação, quis saber quantas obras em andamento a Secretaria tinha: nenhum técnico sabia dizer. Teimoso, ele perseguir durante quatro meses a resposta colocando para investigar uma equipe em tempo integral. Finalmente, ele soube: 754!

A alternativa é conhecida e constantemente proposta pelo MEC e o Banco Mundial: o mapeamento escolar. Mapeamento escolar conjunto Estado-Municípios e completo, isto é, contendo informações demográficas, econômicas, sociais, arquitetônicas sobre os prédios (planta, estado de conservação, recuperação, manutenção, equipamento...etc.). Com este conjunto de elementos, nada mais fácil construir a escola no lugar preciso de acordo com a população escolar e assegurar sua construção e manutenção; em cima desse conjunto de dados técnicos, a decisão política poderá surgir dentro de um planejamento participado e realista visando à universalização e à qualidade do sistema escolar.

Mas a questão política mais quente e sempre recorrente em relação à administração da escola é, sem dúvida, a escolha do diretor e dos vices. Desta escolha dependerá o funcionamento racional, democrático e de boa qualidade da escola.

Seria supérfluo lembrar aqui os métodos e os critérios de nomeação dos diretores tanto na capi-

tal como no interior, embora nos municípios interioranos a luta pareça mais uma luta de vida ou morte entre partidos. A comunidade escolar vem lutando por uma solução para o problema: a eleição direta dos diretores e vices. Vários Estados já adotaram uma legislação a respeito mas, nos Municípios, - a não ser as capitais - a questão fica intocada, totalmente deixada ao arbítrio do jogo partidário dirigido pelo Prefeito, este dono absoluto do poder local. Mas, em geral, a legislação adotada é confusa e precisa ser revista e aperfeiçoada à luz da prática.

De qualquer forma, duas coisas parecem certas. A primeira, é que os cargos de diretor e de vice-diretor não podem ser considerados, numa perspectiva qualitativa da escola, cargos de confiança do Governador, Prefeito ou Secretário. São cargos que exigem qualificações técnicas e acadêmicas, lideranças junto aos colegas e à comunidade, dedicação, compromisso e integridade moral. O rodízio na direção da escola entre os professores é absolutamente necessário para evitar sua transformação em feudo pessoal, dirigido de modo autoritário e arbitrário. Qualquer instituição para crescer precisa de renovação na direção. Por que não as escolas?

A segunda, é que a solução do problema via eleição pelos pares, se é boa e deve ser mantida, ela apresenta, no momento, vícios semelhantes à nomeação direta pela autoridade: o clientelismo. Não é raro, com efeito, diretores, candidatos à recondução, comportar-se politicamente usando de todos os meios e artimanhas para conseguir votos: abono de faltas, dispensa de carga horária, criação de turmas fantasmas, perseguição de adversários, empregos na escola...etc. O que desorienta mais ainda é que os colegas acabam votando nestas pessoas, perpetuando o ciclo de atraso ao nível onde deveria e poderia ser mais combatido: na base.

O processo de renovação poderá ser longo mas um meio indispensável é o funcionamento dos colegiados na escola, tais como a Congregação (reunindo

todos os professores), o Conselho Técnico-administrativo (agrupando professores e representantes dos servidores, alunos e pais) e os Grêmios, além das assembleias de pais e mestres. A autoridade máxima na escola não é o diretor, mas, sim, a Congregação. O Brasil redemocratizado exige também uma redemocratização da escola. A prática da administração colegial juntamente com a prática semestral do planejamento escolar participado modificará o processo eleitoral dentro da escola. As reuniões do colegiado e o planejamento escolar semestral criarão responsabilidades comuns e elevarão o nível de exigência da classe. Nestas ocasiões devem ser discutidos, pelo menos, os seguintes itens: calendário escolar, distribuição das tarefas, atribuição da carga horária, formação das turmas de alunos, metodologias de trabalho, avaliação quantitativa e qualitativa das atividades, qualidade do ensino e da aprendizagem, atividades extra-curriculares e atividades com a comunidade, problemas disciplinares...etc. A discussão conjunta, com o devido acompanhamento das Delegacias e da Secretaria, poderá mudar a face de nossas escolas.

A eleição do diretor pelos pares e representantes do corpo técnico-administrativo, de alunos nas escolas de segundo grau e de representantes dos pais e da comunidade parece o caminho mais seguro para chegar a diretores qualificados, afastados de influências partidárias e politiquieiras, resgatando para a escola a autonomia, a independência e a estabilidade de que precisa para exercer uma profunda atividade educacional libertadora e cidadã. A educação verdadeira depende muito mais da escola do que das Delegacias ou Secretarias.

Assim, fica explicitado o sentido profundo e pleno dos conceitos de "despartidarização" e "despolitização". A razão de tudo isto é que o sistema escolar pertence de direito muito mais à sociedade civil do que à sociedade política. Política na escola, somente o exercício aplicado e participado da política educacional e da formação dos alunos para

a cidadania e o futuro exercício de seus direitos e deveres políticos. Tudo o mais, na escola, além disso, está fora do lugar.